**ATA DA 005ª REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DE SANTANA.**

**Data:** 27/05/2022

**Hora:** 09h00min

**Local:** Sala de reuniões da Companhia Docas de Santana

**1. EXPEDIENTE:**

**1.1. Assinatura da lista de presença:**

Conforme registrado na lista de presença, a qual é parte integrante desta ata, compareceram: Presidente do CONSAD, **Rubens José Esteves Correa,** conselheiros **Raimundo Batista Gomes Junior**, **César Luiz Rodrigues**, **Edinardo Maria Rodrigues de Souza**, **Robert David de Souza Rodrigues, Edival Cabral Tork** e **Francisco Paulo Nogueira de Souza** e para assessorar os trabalhos os Senhores: **Uélliton Nogueira da Silva,** Presidente da Comissão Permanente de Licitação da CDSA**; Priscila Antunes da Cunha Kurohata**, Chefe da Divisão Financeira da CDSA e **Leila Pires Vieira,** Secretária dos Órgãos Colegiados da CDSA. Participou como convidado: Sr. **Roneido Richene Oeiras,** Advogado da CDSA.

**2. Comunicação da Presidência**:

Não houve comunicação por parte da Presidência

**1.3. Comunicações dos Conselheiros:**

O Conselheiro Edival Tork saudou a todos dando boas vindas desejando uma excelente reunião.

**2. ORDEM DO DIA:**

**2.1. Apresentação do Relatório de Execução Financeira do mês de abril de 2022;**

Depois de cumpridas as formalidades legais, incluindo a assinatura da Lista de Presença e atendido o quórum legal, o Presidente do CONSAD da Companhia Docas de Santana, dando início à Ordem do Dia, declarou abertos os trabalhos passando a palavra a Sra. Priscila Kurohata, Chefe da Divisão Financeira, para discorrer sobre o relatório. Prosseguindo, cumprimentou a todos os presentes, e discorreu que a receita arrecadada em abril de 2022 foi de R$ 1.048.145,60 ( hum milhão, quarenta e oito mil, cento e quarenta cinco reais e sessenta centavos). Do total da Receita Operacional de R$ 829.220,90 (oitocentos e vinte nove mil duzentos e vinte reais e noventa centavos) 48,47% (quarenta e oito vírgula quarenta e sete por cento), concernentes à movimentação de

minério pela empresa DEV Mineração S/A - Em recuperação judicial e sua Agência; 36,67% (trinta e seis vírgula sessenta e sete por cento), correspondentes à movimentação de cavaco pela empresa Amcel e sua Agência; 7,95% (sete vírgula noventa e cinco por cento) concernentes à movimentação de container; e 6,91% (seis vírgula noventa e um por cento), correspondentes à movimentação de farelo de soja pela empresa Cianport e sua Agência. Do total da **Receita Patrimonial de R$ 75.674,90** (setenta e cinco mil seiscentos e setenta e quatro reais e noventa centavos) foram recebidos: R$ 20.173,29 (vinte mil cento e setenta e três reais e vinte nove centavos) referentes à servidão de passagem do mês de março de 2022 da AMCEL; R$ 21.478,63 (vinte e um mil quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta e três centavos) referentes ao contrato de transição do mês de março de 2022 da Caramuru; e R$ 34.022,98 (trinta e quatro mil vinte e dois reais e noventa e oito centavos) referentes ao contrato de transição do mês de março de 2022 da Cianport. O total da **Receita Financeira de R$ 8.603,51** (oito mil seiscentos e três referem-se aos rendimentos das aplicações financeiras. Do total de Outras Receitas de R$ 134.646,29, (cento e trinta e quatro mil seiscentos e quarenta e seis reais e vinte nove centavos) foram recebidos R$ 94.646,29 (noventa e quatro mil seiscentos e quarenta e seis reais e vinte nove centavos) referentes aos adiantamentos de clientes (DEV Mineração) e R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) referente à primeira parcela do acordo firmado com os responsáveis pela empresa Ômega Publicidade valor total do acordo é de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) que será pago em 10 (parcelas). Quanto às despesas realizadas em abril de 2022 foram de R$ 1.228.501,43 (hum milhão duzentos e vinte oito mil quinhentos e um reais e quarenta e três centavos), sendo utilizados com as despesas com pessoal no mês de abril R$ 646.857,84 (seiscentos e quarenta e seis mil oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos. Informou que a diferença entre a receita arrecadada e a despesa realizada obteve-se um resultado negativo neste mês de R$ 180.355,83. (cento e oitenta mil trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos). Não havendo índice de inadimplência, a Sra. Priscila, finalizou sua apresentação, colocando-se à disposição para eventuais esclarecimentos

**2.2-Apresentação do Relatório da Comissão Permanente de Licitações;**

Por solicitação do Presidente do Conselho, o Sr. Uélliton Nogueira da Silva, apresentou o relatório da CPL. Mencionando que houve dois certames licitatórios, realizados por meio de pregão eletrônico, os quais são: Processo nº 122/2021 e Processo nº 043/2021 contatação de empresa de combustível e contratação de empresa de solução integrada da

tecnologia e gestão. Frisou que em razão da morosidade do processo nº 043/2021, foi realizado uma contratação emergencial, por conseguinte, foi rescindido o referido contrato. Destacou os processos que estão em andamento, tais como: Processo nº 014/2022 instalação e aquisição de material para CFTV; Processo nº 05/2022- projeto básico e executivo de combate a incêndio e pânico; Processo nº 027/2022- aquisição de software secullum frisou as dificuldades encontradas. Ressaltou que os Processos nº 09/2022 e nº 019/2022 foram revogados por falta de documentação necessária das empresas e enfatizou a urgência em finalizar os seguintes processos: 039/2022- estudo de avaliação de risco; Processo nº 020/2021-munições de 9mm; Processo nº 021/2021- armas e pistolas de 9mm, onde explicou todas exigências realizadas pela Policia Federal, para poder concluir os referidos processos. Em seguida, Uélliton Nogueira, informou que a CESPORTOS recomendou a CDSA para que apresentasse o estudo de avaliação de risco até o dia 30 de junho de 2022. Na oportunidade, o Presidente registrou a importância em ser ter um local para armazenamento das armas e em reforçar a segurança. Complementando, o Conselheiro Raimundo Batista, mencionou que o setor de segurança da CDSA está buscando suporte junto à Polícia Militar, Policia Federal salientando a parceria com as referidas instituições, e que inclusive, a sala de segurança já havia sido reestruturada e que os procedimentos estão sendo realizados de acordo com as normas de segurança. Retomando, Uélliton informou que a CDSA terá que se adequar para poder emitir a Declaração de Cumprimento que é uma das exigências da CESPORTOS.

**2.3- Informe aos Conselheiros do andamento junto a EPL do pedido de estudo sobre a remodelagem da gestão do Porto de Santana;**

O Presidente do Conselho concedeu a palavra ao excelentíssimo Senhor prefeito do Município de Santana, Sebastião Ferreira da Rocha, que saudou a todos e agradeceu ao Conselho pelo convite em seguida, informou que já participou de duas reuniões com o sindicato representante dos funcionários da CDSA e cargos comissionados, a fim de informá-los acerca das tratativas que estão sendo desenhadas para o Porto de Santana. Mencionou sobre a Delegação de Competência que irá encerrar em janeiro de 2028 e que precisam ser realizadas algumas adequações conforme a legislação, mas que provavelmente passará pela aprovação do referido Conselho, registrou que se reuniu com Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Ministério de Infraestrutura objetivando verificar as expectativas com relação aos portos, e foi informado pelo Secretário do Ministério, Sr. Diogo Piloni e Silva, que o Governo Federal não possui recursos para

investir nos portos, e que em visita a CDSA junto ao BNDS passou-se a pensar em realizar um estudo, visando um modelo de gestão. Em reunião por videoconferência com o BNDS, lhe foi recomendado, realizar um estudo por meio de contrato com a empresa EPL, o qual foi realizado o mencionado contrato, onde manifestaram interesse e vieram in loco realizar um levantamento e concluíram que o porto tem grande potencialidade, mas que precisa de investimentos, havendo a necessidade de parcerias, investidores para melhorar a logística, o que conseqüentemente, aumentará a arrecadação do Município, isto posta, irá refletir na sociedade, uma vez que sem o porto não há logística e nem arrecadação. Relatou que o Município não usufrui dos lucros da CDSA, mas que se tornando inviável, o prejuízo será do Município. Frisou que será um processo democrático, com audiências públicas que contarão com a participação dos representantes dos servidores, e caso o projeto seja concretizado o modelo adotado será o que priorizará os funcionários. Poderá ocorrer também de nenhum investidor manifestar interesse em investir. Na ocasião, informou acerca do Processo nº 0007766.79.2019.8.03.0002 PMS X CDSA, que o Município apresentou proposta valor total de R$ 5.021.244,74 (cinco milhões, vinte e um mil, duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), sendo pago da seguinte forma: entrada no valor de R$ 700.000,00 e pagamento do saldo remanescente em até 30 parcelas, consigna a seguinte proposta: entrada de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), e R$ 4.321.244,74 (quatro milhões, trezentos e vinte e um mil, duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) seriam quitados em 30 (trinta) parcelas fixas na quantia de R$ 144.041,49 (cento e quarenta e quatro mil e quarenta e um reais, e quarenta e nove centavos). Foi levantado à questão do Distrito Industrial pelo Conselheiro Francisco Paulo Nogueira, como uma proposta a ser pensada, a fim de fomentar a economia e para que seja gerenciado pelo referido Município. Após as discussões, o Sr. Sebastião mencionou ser interessante a fala do Conselheiro, mencionando que a indústria vem junto com a logística e que o objetivo é atrair novos clientes, mencionou que já foi conversado com o governo, contudo, o Município sozinho não teria condições em gerenciar o supracitado Distrito. Na ocasião, o Conselheiro Raimundo Batista, disse que fala em nome dos funcionários e trouxe a preocupação quanto à insegurança com relação aos seus empregos; Frisou que não há outra expectativa quanto a conclusão dos estudos pela EPL, senão a indicação de privatização do Porto de Santana, pois a empresa em questão trabalha sempre com essa finalidade nos portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, etc. Informou que o processo já

começou, que a EPL já esteve no porto para coleta inicial de dados e que os servidores em nenhum momento se recusaram a contribuir com o fornecimento de informações e documentações para o estudo. Outra questão levantada, que preocupa os trabalhadores, foi acerca da cláusula constante no Acordo Coletivo de Trabalho que reportava ao Município garantir a estabilidade dos funcionários efetivos da CDSA em caso de privatização e que, na última negociação, a atual gestão impôs a retirada desta cláusula. Aliado a isto, em reunião do Conselho de Autoridades Portuárias, na fala do palestrante Sr. Fabio Lavor, quanto à desestatização do Porto de Santana, ficou muito claro que o processo só está acontecendo pela expressa vontade do Município de Santana. Com relação à situação financeira da CDSA, citado na fala do prefeito, frisou que apesar de hoje não ser a melhor, a situação também não é tão desesperadora a ponto de se pensar em uma eventual inviabilidade. Comparado com alguns anos anteriores, verifica-se que a CDSA se encontra bem mais estável. Lembrou que constam nos relatórios mensais apreciados no conselho altos valores que vem sendo pagos de exercícios anteriores e que, ainda assim, a CDSA se mantém com resultado positivo. Reforçou que algumas ações da gestão estão indo em sentido contrário ao discurso de dificuldade financeira da CDSA, visto que continuam sendo nomeados cargos comissionados, contribuindo com um aumento considerável na folha, ademais, neste ano houve reajuste do salário da Diretoria Executiva e dos Jetons dos Conselheiros. Além do mais, a incerteza quanto a privatização ou não da CDSA passou a prejudicar processos internos, como a questão de pessoal efetivo da guarda portuária que está defasada há tempos, e, em razão dessa incerteza, o concurso público, que é a forma correta de contratação de pessoal da companhia vem sendo deixado em segundo plano e vem se discutindo formas alternativas como terceirização, que não é uma forma pacificada para contratação de pessoal em empresas como a CDSA. Por fim, questionou um posicionamento claro do executivo municipal quanto ao real interesse no processo de desestatização e, ainda, sobre a renovação do Convênio de Delegação do Porto de Santana. Com a palavra o Senhor Prefeito frisou que irá constar essa pauta do Conselheiro em audiência pública. Relatou que ganhando as eleições ou algum de seus aliados, mencionou serem cem por cento a favor da garantia de ser renovado o referido Convênio, frisou que não se opõe a desestatização, apesar de não fazer campanha em favor da desestatização, mas o modelo preferencial pelo Município é de uma parceria com a iniciativa privada, no entanto, se não houver outra solução não irá se opuser, uma vez que se tem que pensar no coletivo, e o modelo onde se tem

investimento é a privatização. Após a fala do Senhor Prefeito, o Presidente agradeceu por sua participação.

**3. ASSUNTOS GERAIS**:

3.1. O que ocorrer:

O Presidente passou a palavra ao Assessor Jurídico para assuntos Administrativos e contenciosos da CDSA, Sr. Roneiro Oeiras, para explanar acerca dos processos solicitados pelo conselho. Na oportunidade, o Conselheiro Edinardo Rodrigues mencionou que como o relatório dos processos haviam sidos encaminhados com antecedência e que estavam bem esclarecidos, não havia necessidade de explanação, e o Conselheiro que tivesse alguma dúvida poderia se manifestar, não havendo manifestação, o Sr. Roneido esclareceu acerca do processo nº 0007751-52.2015.8.03.0002, CDSA x Vila Nova provisoriamente arquivado em que pese no processo conste arquivado definitivamente, mencionou que tentou de várias formas penhorar imóveis, todavia, não obteve êxito. Retomando, o Presidente agradeceu ao Dr. Roneido Oeiras por suas informações. Ficando agendada a próxima Reunião Ordinária para o dia 23 do corrente ano. Nada mais a declarar, o Presidente deu por encerrada a reunião. Eu, Leila Pires Vieira, na qualidade de Secretária dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente ATA, que após lida e analisada será assinada por mim, pelo Senhor Presidente em exercício do CONSAD e demais conselheiros.

Santana-AP, 27 de maio de 2022.

**Rubens José Esteves Correa**
Presidente do CONSAD

**Edival Cabral Tork**
Membro Titular do CONSAD

**César Luiz Rodrigues**
Membro Suplente do CONSAD

**Francisco Paulo Nogueira de Souza**
Membro do CONSAD

**Raimundo Batista Gomes Junior**
Membro do CONSAD

**Robert David de Souza Rodrigues**
Membro do CONSAD

**Edinardo Maria Rodrigues de Souza**
Membro do CONSAD

**Leila Pires Vieira**
Secretária